



ANEXO III
MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU
EDITAL DE CREDENCIAMENTO PÚBLICO 01/2026
PROCESSO 000714/26

O **CREDENCIANTE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658, na cidade de Marau – RS, neste ato representado pelo Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alberto Borella, n.º179, Apartamento 604, Centro, nesta cidade de Marau – RS, doravante denominado **CREDENCIANTE** e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na Rua,, na cidade de, CEP representada, neste ato, por, inscrita no CPF sob o nº doravante denominada **CREDENCIADO**, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, com fundamento no **CREDENCIAMENTO PÚBLICO nº 01/2026** e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1.ª. DO OBJETO

§1º. O presente termo tem por objeto o **Credenciamento de Hotéis e/ou Pousadas localizadas no Município de Marau/RS**.

Cláusula 2ª. Da vigência dos contratos: Os contratos assinados em razão do credenciamento possuirão vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do termo contratual.

§1º. Esse prazo poderá ser prorrogado nos termos do artigo 106 da Lei 14.133/2021, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

§2º. No Ato de Prorrogação Contratual poderão ser renovados os quantitativos até o limite do quantitativo original, devendo o instrumento de prorrogação indicar, de forma expressa, os quantitativos renovados.

§3º. A prorrogação desta contratação está condicionada a:

§4º. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com a motivação da prorrogação contratual, atestado pela autoridade competente, com a manifestação de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

§5º. Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

§6º. Indicação da existência de créditos orçamentários vinculados.

§7º. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



Cláusula 3.^a. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

§1º. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e no Edital, assumindo o Credenciado o compromisso de executar o objeto do presente Credenciamento nos seus termos, além de materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual. Todos os custos associados, serão de responsabilidade do Credenciado exonerando-se integralmente o Município.

§2º. O **CREDENCIADO** deverá manter, durante todo o prazo de vigência do Termo de Credenciamento ou documento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas neste Credenciamento.

§3º. O **CREDENCIADO** compromete-se a corrigir, as suas custas, parcial ou totalmente, caso os serviços prestados não atendam aos critérios básicos legalmente estabelecidos no Termo de Referência e Edital, imediatamente após o comunicado do Fiscal do Contrato.

§4º. O **CREDENCIADO** não poderá, sob nenhuma hipótese, efetuar qualquer cobrança dos usuários relativa aos serviços prestados através do presente instrumento, responsabilizando-se por cobranças indevidas realizadas diretamente ou por seus prepostos ou subordinados.

§5º. O Município não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CREDENCIADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Credenciamento, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CREDENCIADO**, de seus empregados ou subordinados.

§6º. Ao **CREDENCIADO** caberá indenizar terceiros e ao Município quanto aos possíveis danos decorrentes de dolo ou culpa ocorridos durante a contratação, em conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/2021.

§7º. O Município não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por quaisquer consumos, despesas adicionais ou serviços extras utilizados pelos (as) hóspede (s) durante o período de hospedagem, ficando o Município responsável apenas pelo pagamento das diárias, conforme condições estabelecidas no presente Termo de Referência e no Edital.

Cláusula 4.^a. DAS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DE INFRAESTRUTURA

§1º. Os serviços deverão ser executados em estabelecimentos localizados no Município de Marau/RS, observando, no mínimo, os seguintes formatos e características:

Código	Característica
011.029.043	Apartamento duplo , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 02 camas de solteiro, aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.
011.029.044	Apartamento triplo , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 03 camas de solteiro, aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.
011.029.045	Apartamento individual , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 01 camas de solteiro,



	aparelho de tv e ar condicionado e fornecer café da manhã.
011.029.046	Apartamento individual , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 01 camas de solteiro, aparelho de tv e ventilador e fornecer café da manhã.
011.029.047	Apartamento duplo , deverá conter no mínimo: 01 banheiro, 02 camas de solteiro, aparelho de tv e ventilador e fornecer café da manhã.

§2º. Todas as unidades habitacionais deverão possuir banheiro privativo de uso exclusivo, sendo vedado qualquer tipo de compartilhamento com outros hóspedes.

§3º. Os banheiros deverão conter, obrigatoriamente: vaso sanitário com assento, pia com espelho, chuveiro com água quente e demais itens essenciais em perfeitas condições de funcionamento, higiene e conservação.

§4º. As camas deverão ser individuais (solteiro), contendo colchões e estruturas adequadamente dimensionadas para uso adulto, sem afundamentos, rasgos ou danos que comprometam seu uso e qualidade.

§5º. Os televisores deverão estar em pleno funcionamento e dispor de canais em língua portuguesa.

§6º. Os aparelhos de ar-condicionado deverão estar em perfeito funcionamento e possuir capacidade compatível com o tamanho da unidade.

§7º. Os ventiladores deverão estar em perfeito funcionamento, apresentando bom desempenho e sem ruídos excessivos que comprometam o descanso dos hóspedes.

§8º. Todas as unidades habitacionais deverão contar com o fornecimento diário de itens de higiene pessoal por hóspede, incluindo, no mínimo: sabonete, xampu e papel higiênico devidamente embalados, lacrados e em condições adequadas de uso.

§9º. Cada unidade deverá contar com, no mínimo: 01 travesseiro, 01 coberta, 01 jogo de cama por hóspede, higienizados, conservados e em boas condições de uso.

§10º. Todas unidades deverão ser amplas, arejadas e adequadas ao conforto, contendo mobiliário e utensílios mínimos para proporcionar comodidade aos hóspedes, tais como: iluminação adequada, cortinas/persianas, tomadas em funcionamento e limpeza compatível com os padrões de hotelaria.

Cláusula 5ª. DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

§1º. Os serviços de hospedagem deverão ser prestados conforme as demandas e prazos encaminhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou por servidores por ela designados, devendo a Credenciada garantir a disponibilidade das unidades habitacionais solicitadas, dentro das condições estabelecidas no presente Termo de Referência e Edital.

§2º. A Credenciada deverá acolher os hóspedes imediatamente após o recebimento da solicitação da Secretaria, sendo vedada qualquer recusa injustificada de atendimento da demanda quando houver disponibilidade de vagas.

§3º. A confirmação das hospedagens deverá ser realizada pela Credenciada por meio de comunicação oficial entre as partes, assegurando o registro de entradas, saídas e demais informações necessárias para fins de controle e monitoramento da execução contratual.



§4º. A Credenciada deverá possuir estrutura física localizada no Município de Marau/RS, atendendo integralmente às características e condições estabelecidas no presente Termo de Referência e Edital.

§5º. O estabelecimento da Credenciada deverá contar, ainda, com serviços diários de limpeza e arrumação das unidades habitacionais, incluindo, no mínimo:

a) Substituição diária de roupas de cama (lençol, fronha e coberta), devidamente higienizadas e em perfeitas condições de uso;

b) Substituição diária das toalhas, garantindo, no mínimo: 01 toalha de banho e 01 toalha de rosto por hóspede;

c) Reposição diária dos itens de higiene pessoal descritos da Cláusula 4ª, §8º.

§6º. A Credenciada deverá fornecer café da manhã aos hóspedes encaminhados pelo Município, nas mesmas condições e horários disponibilizados aos demais clientes, sendo vedada qualquer diferenciação de tratamento ou restrição.

§7º. O café da manhã deverá ser oferecido na modalidade “*buffet livre*”, sendo proibida qualquer limitação quanto à quantidade, número de repetições ou controle de consumo por hóspede.

§8º. A Credenciada deverá garantir acesso integral dos hóspedes à estrutura do estabelecimento, não sendo permitida qualquer restrição injustificada a ambientes internos ou áreas externas e de recreação que estejam disponíveis aos demais clientes.

§9º. A Credenciada deverá manter serviço de recepção/portaria 24 (vinte e quatro) horas, durante todos os dias da semana, inclusive finais de semana e feriados.

§10º. Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas, legislações sanitárias, regulamentações hoteleiras e demais normas vigentes aplicáveis ao objeto da presente contratação.

§11º. A Credenciada deverá garantir a confidencialidade de todas as informações obtidas durante a execução dos serviços, observando sigilo profissional e a legislação pertinente.

§12º. Os valores propostos serão considerados completos e suficientes para a prestação dos serviços e à obtenção dos resultados pretendidos, sendo desconsiderada quaisquer reivindicações de pagamentos adicionais.

§13º. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência e no Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

§14º. Todos os custos relacionados à execução dos serviços serão de responsabilidade exclusiva da Credenciada.

§15º. A Credenciada é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as funções relacionadas ao objeto descrito neste Termo de Referência. Todos os custos associados à mão de obra, serão de responsabilidade da credenciada. Além disso, a empresa credenciada será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a execução do contrato, exonerando-se integralmente o Município.



§16º. Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços ora contratados, serão da exclusiva responsabilidade do Contratado, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

Cláusula 6ª. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

§1º. Caberá ao Município de Marau, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e/ou responsáveis por ela indicados, a distribuição dos serviços e seu controle. O critério de distribuição dos serviços ocorrerá por meio de divisão igualitária através de rodízio entre os credenciados.

§2º. A Secretaria poderá, de forma excepcional e devidamente motivada, deixar de convocar (pular) o próximo Credenciado da lista quando constatado que o estabelecimento se localiza nas proximidades da residência da pessoa ou família a ser acolhida.

§3º. Superada a situação excepcional, a ordem original do rodízio será retomada no atendimento seguinte, devendo ser convocado, prioritariamente, o Credenciado que deixou de ser selecionado em razão da análise descrita no item anterior.

Cláusula 7ª. DO PAGAMENTO

§1º. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a execução dos serviços, a contar do recebimento definitivo e aprovação da fatura, pelos servidores responsáveis pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Solicitante.

§2º. O Credenciado deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

§3º. O CNPJ do credenciado constante na Nota Fiscal de fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no Processo de Credenciamento, bem como a empresa deverá possuir conta bancária vinculada a este CNPJ para fins de recebimento dos valores.

§4º. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pelo credenciado, a indicação do número do Processo de Credenciamento e sua modalidade e ser acompanhada de todos os documentos previstos neste contrato.



§5º. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- d) Relatórios/Registros de entrada e saída dos hóspedes.
- e) Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

§6º. Para fins de pagamento, o credenciado deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, do credenciado.

§7º. O valor devido ao credenciado, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento.

§8º. Nenhum pagamento será efetuado ao credenciado enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

§9º. O pagamento ao credenciado, pelo serviço prestado, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

§10º. O credenciado deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

§11º. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o credenciado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o credenciado ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

§12º. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o credenciado apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é



regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pelo credenciado.

§13º. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

Cláusula 10.ª. DOTAÇÃO

Unidade: 001001

Funcional: 08.244.0126.2088.0000

Catec. Econ.: 3.3.90.39.80

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MANUTENÇÃO DAS AÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS ESPECIAIS ÀS FAMÍLIAS E CENTRO DE HOSPEDAGENS

Cláusula 11.ª. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

§1º. Fiscalizar, de forma permanente, a execução do objeto pelo **CREDENCIADO**, podendo proceder o credenciamento, em casos de má prestação do objeto, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

§2º. O **CREDENCIANTE** reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, a comprovação de regularidade fiscal das empresas credenciadas, sendo que estas deverão obrigatoriamente comprovar o recolhimento dos respectivos encargos.

§3º. Comunicar o **CREDENCIADO** por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na prestação do serviço, para que seja reparado ou corrigido.

§4º. O **CREDENCIANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **CREDENCIADO** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Credenciamento, do Edital de Credenciamento Público e seu(s) anexo(s), bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do **CREDENCIADO**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula 12.ª. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

§1º. O **CREDENCIADO** cumprirá todas as obrigações constantes neste Edital de Credenciamento Público e seu(s) anexo(s), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

§2º. Proceder a prestação do serviço no prazo e condições local fixados no Edital e Termo de Referência.



§3º. Arcar com os encargos previdenciários e trabalhistas, nos termos do art. 121 da Lei 14.333/2021, e demais encargos tributários, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da execução do objeto, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre o objeto deste credenciamento;

§4º. Indenizar terceiros e ao **CREDENCIANTE** os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do termo de credenciamento, em conformidade com o artigo 120 da Lei n.º 14.133/2021.

§5º. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto.

§6º. Cumprir fielmente o termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§7º. Corrigir as suas custas, no prazo estabelecido neste Termo de Credenciamento, no Edital de Credenciamento Público e seu(s) anexo(s), qualquer execução em desacordo.

§8º. Prestar informações sobre a execução do objeto, sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato.

§9º. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na **licitação, durante** toda a execução termo de credenciamento e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§10º. Informar e-mail na declaração de endereço eletrônico, sendo este o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de possíveis documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

§11º. O **CREDENCIADO** deverá indicar, ao Fiscal do contrato, um preposto/encarregado pela execução do objeto, que terá a atribuição de administrar, acompanhar, fiscalizar e supervisionar todos tramites, cabendo ao mesmo formalizar todos os atos necessários para sua boa execução, controle e fiscalização, encaminhando-os de imediato ao **CREDENCIANTE** e ao **CREDENCIADO**. O mesmo será o responsável pelo contrato e responderá pela empresa junto ao **CREDENCIANTE**.

Cláusula 13.ª. DA FISCALIZAÇÃO

§1º. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§2º. As comunicações entre a **CREDENCIANTE** e o **CREDENCIADO** devem ser realizadas por e-mail sempre que o ato exigir tal formalidade.

§3º. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização.

§4º. Os fiscais do contrato informarão a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.



§5º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21:

Gestor do contrato: Nelci Silvestri.

Fiscal administrativo: o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo.

§6º. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais.

§7º. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato através do Sistema ContratosGov, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

§8º. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, caso necessário.

§9º. Ao término do contrato, o Gestor de Contratos deverá elaborar um relatório final onde possa descrever como foi a gestão do ciclo de vida do contrato, suas particularidades, problemas enfrentados, soluções aplicadas e principalmente as lições aprendidas.

§10º. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CREDENCIADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

§11º. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

§12º. O fiscal administrativo comunicará ao gestor do contrato e a Secretaria solicitante, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva verificação da necessidade de prorrogação contratual, nos termos do artigo 111 da Lei 14.133/2021.

§13º. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal administrativo do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

§14º. Na hipótese de desconformidade da prestação dos serviços em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções ao **CREDENCIADO** de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

§15º. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do **CREDENCIADO**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade



inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do **CREDENCIANTE** ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Cláusula 14.^a. DAS PENALIDADES

§1º. Na vigência do contrato, o **CREDENCIADO**, estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

I. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

II. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido: advertência por escrito sempre que verificadas;

III. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo **CREDENCIANTE**, em tempo hábil, acertado pelo **CREDENCIANTE** através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s): aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o **CREDENCIANTE** pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV. Dependendo da gravidade da falta: suspensão do direito de licitar com o **CREDENCIANTE**, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

V. Nos casos de falta grave: declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

§2º. Para efeitos da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

§3º. No caso de aplicação de multa, a contratada será notificada, por escrito, da referida sanção, tendo ela o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

§4º. Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do **CREDENCIANTE**.

Cláusula 15.^a. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

§1º. Além das condições previstas no art. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações futuras, o presente contrato poderá ser extinto, mediante termo próprio, na ocorrência das seguintes situações:

I. Por mútuo consenso, a qualquer tempo.

II. Pelo **CREDENCIANTE**, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que seja compelido a explicar os motivos determinantes, e, também, sem que seja obrigado a responder por ônus ou prejuízos resultantes, salvo o regularmente devido à **CREDENCIADO**, excluindo o montante das multas a pagar.



III. Pelo CREDENCIANTE, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CREDENCIADO** o direito de indenização de qualquer espécie, na ocorrência das seguintes situações:

- a) Não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) Não recolher, no prazo determinado, as multas impostas;
- c) Abandono ou sublocação total ou parcial do objeto;
- d) Manifesta deficiência da execução do objeto;
- e) Falta grave ao Juízo do **CREDENCIANTE**;
- f) Falência ou insolvência;
- g) Não der início às atividades no prazo previsto.

IV. O CREDENCIANTE poderá proceder o descredenciamento, em casos de má prestação do objeto, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

Cláusula 16.^a. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§1º. Aplicam-se ao presente contrato, no que couberem, as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como as disposições do Edital de Credenciamento Público nº 01/2025, e seus anexos, como se aqui estivessem transcritos.

Cláusula 17.^a. DA PUBLICAÇÃO

§1º. Incumbirá ao **CREDENCIANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no respectivo sítio eletrônico oficial, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal 14.133/2021.

Cláusula 18.^a. DO FORO

§1º. As partes elegem o foro da Comarca de Marau – RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

Marau, ... de de 2025.

.....
CREDENCIADO

MUNICÍPIO DE MARAU
CREDENCIANTE